

Congresso investigará lobby dos EUA

A matéria publicada na edição de ontem do Jornal de Brasília, sobre a formação de um lobby da embaixada dos Estados Unidos destinado a influenciar constituintes brasileiros na defesa de interesses de empresas norte-americanas no Brasil, motivou a reação das lideranças de todos os partidos no Congresso Nacional e uma nota oficial da embaixada, contestando a reportagem.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, apresentou um requerimento à Mesa da Constituinte pedindo informações, por entender que a interferência da embaixada norte-americana fere o princípio da não-ingerência. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, exige que o governo federal proceda a uma "séria investigação".

No seu desmentido, a embaixada dos EUA, em nota sem timbre e sem assinatura, nega a participação do embaixador Harry Shlaudeman em uma reunião no dia 23 com representantes de empresas norte-americanas no Brasil, mas que ele reúne-se regularmente com esses representantes e com os das câmaras de comércio no Rio, São Paulo e outras cidades brasileiras "e que continuará a fazê-lo".

Nega ainda que durante tais reuniões o embaixador tenha sugerido a formação de lobby junto ao Congresso, que tenha sido discutido o papel dos militares brasileiros, e que o senador Roberto Campos (PDS-MT) tenha tomado o café da manhã com Shlaudeman. Diz ainda a nota da embaixada que o governo dos EUA "sempre levou e continuará a levar suas preocupações ao governo brasileiro no que respeita aos interesses norte-americanos no Brasil".

Lideranças reagem à "interferência"

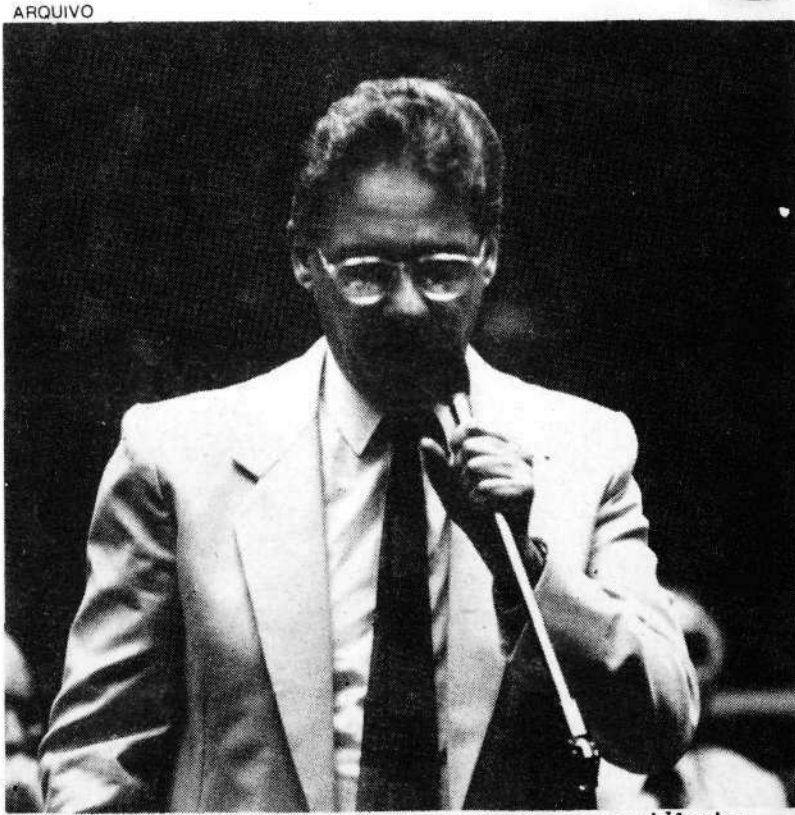
Todas as lideranças partidárias no Congresso Nacional reagiram ontem contra a tentativa de formação de um lobby coordenado pela embaixada norte-americana no Brasil para defender os interesses de empresas daquele país na futura Constituição. O lobby americano pretendia criar mecanismo de resistência contra a inclusão de idéias esquerdizantes na nova Carta, segundo matéria publicada ontem pelo *Jornal de Brasília*.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, exigiu uma investigação séria do governo federal pelo que considerou «uma inaceitável ingerência externa na soberania nacional».

Já o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, oficializou o repúdio à interferência do embaixador norte-americano nos trabalhos da Constituinte apresentando requerimento de informações à Mesa da Constituinte, com base no inciso IV do artigo 62, parágrafo 5º do Regimento Interno. «O ato, se confirmado, fere o princípio constitucional de não-ingerência que deve nortear as relações diplomáticas internacionais», denunciou. Pediu ainda providências do Ministério das Relações Exteriores para exigir da Embaixada Americana uma retratação oficial do seu embaixador. Segundo o Regimento Interno da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães tem 10 dias de prazo para responder ao requerimento do parlamentar.

Para o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, o fato é de extrema gravidade e, se comprovado, «deve determinar a expulsão imediata do embaixador americano do país». Brandão solicitou providências do Itamarati no sentido de exigir uma retratação oficial, a exemplo do que fez recentemente com o embaixador de Israel. «Este país não é o quintal dos Estados Unidos», desabafou o pedetista. Também o líder comunista Roberto Freire pede a abertura de inquérito para apurar os fatos. Ele diz que, pela história, pode-se pressupor que tudo é verdade. «Não é a primeira e não será a última tentativa dos EUA de interferir nos destinos de nosso país».

Para o líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira, o mais lamentável é a vinculação de brasileiros a interesses estrangeiros, na tentativa de pressionar a Constituinte. Mais cauteloso, no entanto, ele diz que é necessário verificar a veracidade dos fatos, para depois agir. Mas o líder do PDS, deputado Amaral Netto, considerou mais do que uma grave denúncia, «uma loucura do representante americano». Comentou que «eles estão colocando o nariz onde não foram chamados». O fato, se comprovado, retira a moral de trabalhar e agir dos constituintes, segundo o líder, porque «a opção fica submetida ao posicionamento dos interesses americanos».



Fernando Henrique exige que governo tome providências

A nota da embaixada

Eis a íntegra da nota da Embaixada dos Estados Unidos:

«A Embaixada dos Estados Unidos tomou conhecimento de um artigo publicado em um jornal de Brasília, no dia 26, que diz que, como resultado de uma reunião realizada entre funcionários da embaixada e representantes de empresas norte-americanas no Brasil, os Estados Unidos estabeleceram um grupo de lobby para exercer influência na Constituição.

«O artigo está incorreto. Lamentamos que a embaixada não tenha sido procurada por um funcionário daquele jornal para checar os fatos antes da publicação do artigo.

«A embaixada apresenta as seguintes correções:

1.- O embaixador Shlaudeman não participou da reunião do dia 23. Na verdade, naquele dia ele compareceu à despedida do embaixador da França e a seguir jantou na residência de um colega da embaixada.

2. O embaixador nunca participou de reunião com esse ou outro grupo semelhante em Brasília. O embaixador tem mantido freqüentes reuniões com membros das câmaras de comércio e representantes de empresas norte-americanas no Rio, São Paulo e em outras

cidades do Brasil, e continuará a fazê-lo.

3. Durante suas reuniões com empresários, o embaixador jamais deu nenhuma sugestão para formação de lobby junto ao Congresso brasileiro. O governo dos Estados Unidos, entretanto, sempre levou e continuará a levar suas preocupações ao governo brasileiro no que respeita aos interesses norte-americanos no Brasil, da mesma forma como o faz o governo brasileiro no que respeita aos interesses do Brasil nos Estados Unidos.

4. A reunião do dia 23, foi mais uma de uma série de reuniões entre funcionários da embaixada e representantes de firmas norte-americanas para estudo da situação econômica no Brasil e nos Estados Unidos. Não foi formado nenhum grupo de lobby em consequência dela e nem havia nenhuma cogitação nesse sentido.

5. A lista de empresas que participaram da reunião está incorreta.

6. O papel dos militares não foi discutido na reunião.

7. O senador Roberto Campos não tomou o café da manhã com o embaixador Shlaudeman no dia seguinte.»

Denúncia não é esclarecida

Rubem Azevedo Lima

A embaixada americana afirma, em nota oficial, sem timbre nem assinatura, que a reportagem publicada no *Jornal de Brasília*, edição do dia 26, sobre o encontro havido esta semana, em Brasília, entre o embaixador dos Estados Unidos, Harry Shlaudeman, e representantes de empresas norte-americanas no Brasil "está incorreta".

Entre outras coisas, o embaixador nega que tenha participado do encontro de terça-feira, realizado, nesse dia, entre funcionários da embaixada e os dirigentes de empresas americanas em nosso país. A nota da embaixada confirma, no entanto, que o embaixador — embora negue sua presença em tais encontros — tem mantido freqüentes reuniões (!) com os membros das câmaras de comércio e representantes de empresas norte-americanas sediadas em vários estados.

Diz ainda o embaixador Shlaudeman que nesses encontros — por ele negados — jamais deu qualquer sugestão para a formação de lobbies junto ao Congresso brasileiro, mas reconhece que o governo dos Estados Unidos, como o brasileiro, leva suas preocupações às nossas autoridades sobre interesses que tenham em nosso país, da mesma forma que o governo brasileiro faz em relação aos interesses do Brasil nos Estados Unidos.

A versão do embaixador não coincide com a da fonte que forneceu a notícia sobre o teor dos assuntos tratados nessas reuniões. O papel, como se diz, aceita tudo.

Não se formou nenhum grupo de pressão para atuar no Congresso? Estranhamente a nota da embaixada não contesta que um emissário qualificado do

embaixador tenha procurado, no dia seguinte ao da última reunião com empresários, parlamentares brasileiros para impedir a aprovação da lei sobre software. Não foi um funcionário qualquer, mas o conselheiro político da embaixada, o diplomata George Brown.

A lista de empresas publicadas pelo *JBr* não está correta? É possível. O informante pode não ter-se lembrado exatamente de todos os participantes e a embaixada, em seu desmentido sobre a questão do lobby contestado pelos fatos, ao confirmar os encontros, também preferiu não revelar quais delas estão particularmente preocupadas com a situação econômica do Brasil.

Ninguém, nas duas últimas reuniões, falou do papel dos militares brasileiros? Também não é isso que se diz na reportagem do *JBr*, objeto da nota da embaixada americana. Nela se conta, com base em esclarecimentos de uma fonte confiável, que apenas se registrou, em termos gerais, a coincidência de pontos de vista de setores militares em nosso país, com os de empresários estrangeiros, notadamente no plano da ordem econômica e social do anteprojeto de Constituição que está sendo preparado pela Constituinte.

O senador Roberto Campos não tomou café da manhã com Shlaudeman, no dia seguinte ao da última reunião dos funcionários da embaixada com os empresários (a que o embaixador nega ter comparecido), portanto, no dia 24? Realmente não tomou. O encontro de Campos com Shlaudeman, segundo fonte da própria embaixada, ocorreu na manhã do dia 25, um dia depois.

De resto, se o embaixador não esteve na reunião de terça-feira, como pode garantir quais tenham sido os assuntos ali tratados?.

Plínio propõe que se mude calendário

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) sugeriu ao deputado Ulysses Guimarães que a próxima fase de debates da Constituinte seja dividida em 24 temas previamente fixados num calendário, cabendo um dia de sessão para cada tema. «Com isso, os diversos setores da sociedade poderão se mobilizar a tempo para acompanhar a discussão», disse.

Hoje, a ordem do dia da sessão

seguinte só é conhecida no final de cada sessão. Plínio de Arruda Sampaio entregou na quinta-feira uma proposta de calendário ao presidente da Constituinte.

Sua sugestão é dividir os temas do projeto da Comissão de Sistematização nos mesmos 24 temas de cada uma das anteriores 24 subcomissões da Constituinte. Por seu calendário, os debates começariam dia 17 de julho e terminariam dia 27 de agosto.

Sarney terá encontro com Alan Garcia

Através de mensagens encaminhadas ontem à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, o presidente José Sarney comunicou que vai se ausentar do país no dia três de julho próximo quando se reunirá com o presidente do Peru, Alan Garcia, em Puerto Maldonado, departamento peruano de Madre de Dios.

Nas mensagens, o presidente Sarney informa aos congressistas que "dentro do espírito de fraterna amizade que sempre caracterizou as relações entre o Brasil e o Peru, decidimos, o presidente Alan Garcia Perez e eu, celebrar, nos próximos dias dois e três de julho, encontro de trabalho, cujo objetivo precípuo será impulsionar as possibilidades que se abrem a cooperação bilateral".

"O encontro propiciará naturalmente ocasião para que passemos em revista a situação internacional, o quadro regional em que estão inseridos os dois países e as diversas iniciativas em que, nesse contexto, estão empenhados o Brasil e o Peru.

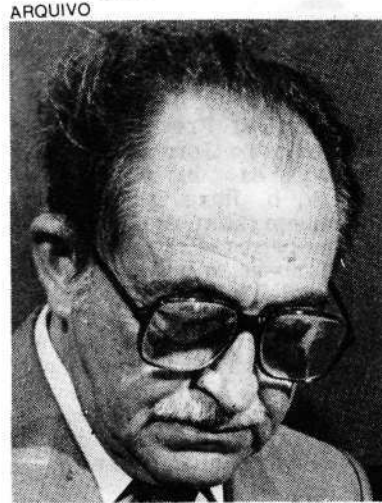
"A própria decisão de nos encontrarmos em área fronteiriça já indica a ênfase que desejamos atribuir à ampliação de cooperação entre os dois países".

Presidente vai em julho à Argentina

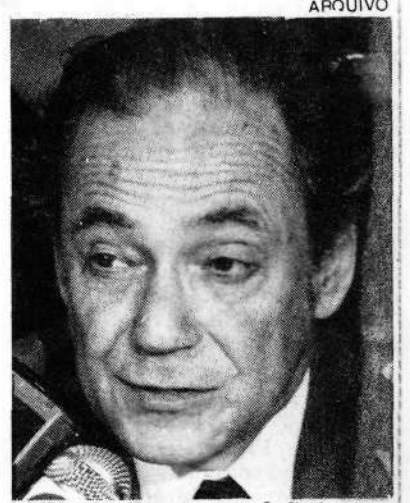
O presidente José Sarney passará três dias na Argentina, em três cidades diferentes, a partir do próximo dia 16, uma quinta-feira, de acordo com a programação que está sendo preparada pelos dois governos e que não foi ainda detalhada e oficializada.

Segundo o secretário de imprensa da presidência, Frota Neto, existe a intenção do presidente Sarney em começar por Buenos Aires, onde terá um encontro de trabalho com o presidente Raul Alfonsín, na mesma manhã de chegada. De noite, visitará uma exposição brasileira de pintura.

No dia seguinte, os presidentes Sarney e Alfonsín deverão seguir juntos, no avião Uno, da Força Aérea Argentina, para Bariloche, onde ficarão na Vila Angustura. No dia 18, sábado, Sarney visitará Viedma, na Patagônia.



Arraes cobrará Plano Bresser



Waldir Pires quer definições

Governadores acham convenção decisiva

Recife — Redirecionar os caminhos do PMDB, para que o partido não se afaste dos seus compromissos programáticos, é a preocupação dos governadores Miguel Arraes (PE), Waldir Pires (BA), Tasso Jereissati (CE) e Geraldo Melo (RN), segundo se pode deduzir do encontro que os quatro tiveram em Recife, após a reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene.

Os quatro governadores manifestam preocupação com os rumos da economia nacional e consideram que a convenção é uma boa oportunidade para que o PMDB questione o "Plano Bresser" e reafirme seus compromissos contra o arrocho salarial e a recessão, e em defesa da economia nacional.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, ainda não decidiu se irá ou não à convenção, mas garante que se comparecer vai cobrar do PMDB um questionamento do "Plano Bresser". Já o governador da Bahia, Wal-

dir Pires, crê que a convenção do PMDB será muito movimentada, porque vai examinar justamente essas questões levantadas pelo governador de Pernambuco. Para ele, o partido deve definir "com muita clareza" os assuntos essenciais que serão debatidos, para não gastar tempo desnecessariamente com temas que não são prioritários para o mandato presidencial.

Não é exatamente essa opinião do governador do Ceará, Tasso Jereissati, embora ele também esteja de acordo que o PMDB deve aproveitar a sua convenção, que é o órgão máximo do partido, para debater os grandes problemas econômicos nacionais, e em torno dele buscar um posicionamento mais ou menos uniforme.

Para Tasso, "esse problema de mandato presidencial e de parlamentarismo ou presidencialismo deve ser definido imediatamente por uma razão muito simples: nenhum desses dois assuntos é o problema mais importante do país, no momento".

Covas descarta ida a comício

O líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas, não participará do comício em favor das diretas do próximo dia 7, na rampa do Congresso, porque "é homem de partido" e vai aguardar a deliberação da Convenção Nacional sobre a questão do mandato presidencial. A explicação foi dada, ontem pelo próprio senador, que nos últimos tempos, tem deixado transparecer que poderá não se submeter a uma eventual decisão em favor dos cinco anos. Mário Covas, tem defendido com insis-

tência eleições diretas para presidente em novembro de 88.

Mário Covas admitiu temer eventuais tentativas por parte do governo de influenciar os convencionais com vistas a obter a aprovação de cinco anos para José Sarney, mas advertiu que qualquer tentativa fisiológica de condicionar os resultados da convenção não produzirá efeito. O líder do PMDB disse inclusive que os governadores do partido não terão influência sobre as deliberações dos convencionais.